

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

12 a 18 de julho de 1992 Nº 46

ÁFRICA DO SUL: Impasse na negociação

As negociações entre o governo de minoria branca e as organizações que lutam pela erradicação total do Apartheid (inclusive no plano político) chegaram a um impasse, estando ameaçadas de inviabilização. As duas principais forças políticas, o governo e o ANC, não parecem dispostos a abrir mão de suas respectivas exigências. O governo exige do ANC a concordância na outorga à minoria branca de um direito de veto sobre as alterações constitucionais. David Beresford, escrevendo no Expresso sobre o assunto, lembrou a possibilidade desta exigência do governo ter sido feita visando "criar um impasse nas conversações constitucionais, que se estenderiam por vários anos ou mesmo décadas, de forma a manter o "status quo". O ANC, em contrapartida, adotou uma linha de confrontações, convocando manifestações de massa, que terão como ápice uma greve geral marcada para o início de agosto. Steven Lang, correspondente do Público, destacou o fato de Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC, ter publicado em "The Sowetan", o jornal sul-africano de maior tiragem, um documento onde reconhece que o ANC provocou o impasse na Codesa pretendendo "mostrar à nossa gente que estamos a lidar com um inimigo que não vai ceder facilmente" (palavras de Ramaphosa), em seguida reconheça que a reabertura das conversações na Codesa são inevitáveis.

A comunidade internacional, representada pela ONU, aparenta desejo de assumir uma atitude mais decidida face à situação sul-africana. O governo sul-africano, até então reticente quanto a esta participação internacional, mostra-se mais receptivo a ela, embora afirma a inexistir a necessidade de uma intervenção externa. Esta poderia se dar através da constituição de uma força internacional de manutenção da paz, internamente ameaçada pelos conflitos inter-étnicos (insuflados por uma "terceira força", ligada às forças de segurança?), sem que o governo mostre capacidade (ou vontade?) de pôr fim à violência. Tudo isto ocorre num momento em que a África do sul volta a estar pre-

NESTA EDIÇÃO:

O futuro da economia angolana
p.01

O processo de privatizações
em Cabo Verde
p.05

As mulheres moçambicanas e
os horrores da guerra
p.09

Rumores de um golpe
na África do Sul
p.11

sente no circuito internacional, como evidenciam diversos eventos esportivos em que representações do país tomam parte.

ANGOLA: UNITA adiou libertação de prisioneiros. José Eduardo afirmou que gostaria de ter um encontro com De Klerk

A UNITA recuou da decisão de libertar 20 prisioneiros de guerra que encontram-se na Jamba. O adiamento foi seguido de um comunicado que estabelece como exigência a libertação de cerca de 450 combatentes das FALA que estariam em poder do governo. No interior da UNITA alguns dirigentes discordaram da estratégia da UNITA e reconheceram a possibilidade de prejuízo eleitoral em decorrência deste adiamento. Este desentendimento interno facilitou a atuação da CCPM em formular um compromisso até 30 de julho.

Em entrevista ao Expresso o presidente angolano afirmou que a realização de um encontro com o presidente sul-africano, Frederick DeKlerk "será extremamente útil para os dois países". As explicações de José Eduardo dos Santos quanto aos acontecimentos recentes

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

e a crise interna da África do Sul distanciaram-se muito das posições defendidas pelo Estado angolano até bem pouco tempo. Dos Santos declarou que De Klerk está sendo pressionado dentro de seu partido, o que inviabiliza o esforço do presidente sul-africano em extinguir os instrumentos repressivos que continuam a existir na África do Sul. O presidente citou Angola, Moçambique e África do Sul como países capazes de impulsionar o desenvolvimento da África Central e, posteriormente, de toda a África.

José Eduardo aproveitou a oportunidade para mais uma vez lembrar as antigas cobiças do Zaire e do Congo no enclave de Cabinda. O presidente disse estar preocupado com o apoio que estes países tem dado aos movimentos de libertação do enclave. Dos Santos afirmou ainda, que existe dentro da FLEC uma corrente detentora de uma cultura angolana, que considera-se parte integrante de Angola.

Segundo o presidente será através do diálogo com esta corrente que o problema de Cabinda será resolvido. Esta declaração foi, obviamente, um elogio a atuação de Ranque Frank na tentativa de unificar a FLEC em torno do maior número possível de "moderados", para que assim possa se iniciar as negociações com o governo angolano.

A FLEC-FAC de Nzita Tiago e a FLEC-renovada de José Tibúrcio deixaram ser clara, através de comunicados oficiais, sua posição de repúdio a tentativa de Ranque Frank e outros "moderados" de buscar selecionar interlocutores para o governo. Para não deixar dúvidas quanto a sua posição a FLEC-FAC atacou a sede do governo e a emissora de rádio em Cabinda obrigando a delegação chefiada por Ranque Frank, que estava em instalações governamentais, a refugiar-se no Hotel Maiombe. A FLEC-renovada, por sua vez, raptou três portugueses e um angolano que trabalhavam para a empresa portuguesa MOTA e companhia. (pp.2-4).

MOÇAMBIQUE: Enquanto os portugueses atuam nos bastidores as negociações perdem credibilidade.

Mais uma semana de decepção na história da guerra em Moçambique. Uma reportagem originária de Paris, um pouco longe portanto da cena de ação, de autoria do jornalista português Daniel Ribeiro, afirmou com plena confiança na semana passada que o Presidente do Zimbabwe, Robert Gabriel Mugabe, tinha assumido o papel de intermediário entre o "bandido-chefe" Afonso Dhlakama e o Presidente Joaquim Alberto Chissano, e pretendia providenciar um encontro entre os dois em Gaborone, Botswana.

Bem, isso podia, talvez, ser a verdade, mas as nossas fontes em Itália afirmam que "os portugueses" estão circulando muitas "desinformações" sobre as negociações, as quais terão pouca possibilidade de êxito enquanto não forem transferidas translocadas para Lisboa. E de fato, mesmo que seja verdade, como uma outra reporter afirma, que "a mediação italiana de todo este complexo processo de paz tem sido duramente criticada", o outro lado da moeda é que Portugal tem também os seus interesses em jogo nesta sua antiga colônia, e não está colocando todas as suas cartas em cima da mesa.

Entretanto, mais uma vez a ronda atual (a 11ª no 3º ano de um processo extraordinariamente lento) das con-

versações - ou seja, dos silêncios - fica paralisada. Os peritos militares da Renamo, segundo as informações, querem contatos com os seus homólogos governamentais só para troca de informações - e não para negociação. Será que estes peritos não têm de fato tanta competência no ramo?

Novamente surgem boatos que a Renamo pretende tomar o poder no país através do caminho militar. Segundo o Mediafax, um no "newsletter" em Maputo, as tropas craques, treinadas no Marrocos, vão liderar a ofensiva. Mas a Renamo, como sempre, apresentou uma resposta absurda, e desmentiu a reportagem dizendo que nunca teve efetivos treinados no exterior.

Mas nem tudo durante a semana foi referente a guerra. O diretor geral de portos e caminhos de ferro do país esteve em visita a Setúbal, antiga cidade "vermelha" do PCP, e elogiou o Knowhow português na área de infraestrutura portuária. O responsável afirmou que gostaria ter acesso a tanta experiência valiosa, o que será, sem dúvida, posto a sua disponibilidade em troca de mais uma pequena repenetração de capital luso nos seus antigos territórios africanos. (pp.7-8).

Matéria reproduzida do jornal
Domingo de 28/06/1992

Após acordo de paz abraçarei Dhlakama

- afirmou o Chefe do Estado, garantindo que não haverá vingança

Depois da assinatura do acordo de cessar-fogo, eu vou abraçar o Sr. Dhlakama. O povo moçambicano vai abraçar aqueles jovens que estão no mato com o Sr. Dhlakama, afirmou ontem o Presidente Joaquim Chissano, falando no decurso da manifestação pela paz.

Chissano garantiu que o povo moçambicano que ama a paz, não se irá vingar dos que hoje matam e destroem as nossas infra-estruturas. A garantia, segundo o Presidente, está com o povo moçambicano.

O dirigente moçambicano recordou que muitos moçambicanos, incluindo até alguns que já foram traidores, têm ido falar com ele, têm regressado ao país, depois de anos fora de Moçambique.

Alguns vêm de Portugal, outros dos Estados Unidos, outros ainda do Quênia, onde residiam e nós temos-os recebido, disse Chissano, para acrescentar que alguns desses até eram membros da Renamo e soberam redimir-se.

Segundo o Presidente, a sociedade, o Governo, vão saber perdoar os que combateram o povo com armas na mão, pois sabemos que há zangas, mas depois há reconciliação.

O Presidente da Frelimo convidou a Renamo a aceitar assinar o cessar-fogo, para que o povo exerça o seu direito de voto em eleições livres e democráticas. O povo vai escolher os seus dirigentes, vai decidir livremente quem deve dirigir, afirmou Chissano, tendo acrescentado ainda que o Governo não vai desistir das negociações de Roma, pois tem a consciência de que o diálogo é a única via para se alcançar a paz.

Angola:**domingo, 28 de Junho de 1992**

ECONOMIA COM UM FUTURO RISONHO

por Virgílio Mbala, especial para "Domingo"

PAIS rico em petróleo, café, diamantes e outros minérios, com terras férteis e rios regulares, Angola, grande produtor de café, voltará à auto-suficiência e poderá secundar o gigante regional, a África do Sul, na liderança da economia do continente.

Especialistas acreditam que a economia angolana teria já registado um grande desenvolvimento, não fosse a guerra civil que arruinou as infra-estruturas, deixando o país mergulhado numa burocracia inoperante, na corrupção e com milhares de pessoas insuficientemente preparadas para enfrentar o futuro económico da nação, valendo-se das suas habilidades profissionais.

Convictos estão os economistas de que a estagnação económica deveu-se também, além da guerra civil, pela partilha do poder, a aplicação de políticas inadequadas à realidade nacional. Análises mais radicais têm imputado o facto à planificação central.

Sem precisar das avultadas somas necessárias para a reconstrução de pontes, barragens e diques, estradas (muitas delas minadas) e outros meios de comunicação devastados durante a guerra civil e no período da luta pela independência, Mário Alcântara Monteiro, Ministro das Finanças, garantiu que o penoso trabalho não levará menos de dez anos.

Os hotéis de Luanda andam abarrotados de homens de negócios estrangeiros, à caça de oportunidades para investir na reconstrução nacional. No entanto, muitos destes estão hesitantes em fazer investimentos a longo prazo, antes de conhecer o vencedor das primeiras eleições multipartidárias, marcadas para 29 e 30 de Setembro, já à porta.

O partido vitorioso confrontar-se-á com o kwanza, a moeda nacional, tantas vezes desvalorizado, com um défice orçamental estimado em mais de 35 por cento do produto doméstico bruto e uma inflação anual, que este ano poderá atingir os 100 por cento do produto doméstico bruto e uma inflação anual, que este ano poderá atingir os 100 por cento, segundo estimativas de brancos estrangeiros.

A formação política que saíra vitoriosa nas eleições, de frontar-se-á, com um défice na balança de pagamentos, que subiu de 6 milhões de dólares norte-americanos, em 1985, para 1,47 bilião no transacto ano de 1991, uma dívida externa de 8 mil milhões de dólares, a ser rescalonada pelos credores.

O serviço da dívida, que deveria ser concluído este ano, totaliza 1,67 biliões de "verdinhas" (dólares americanos), montante a ser coberto pelas receitas das exportações (petróleo, diamantes e outros produtos).

Os programas económicos dos dois ex-contendores na guerra civil e principais "actores" na actual cena política — a UNITA e o MPLA (no poder) — pouco diferem. Ambos concordam que a economia de planificação central, liberalizada nos últimos anos, deve ser mais descentralizada, para permitir o fluxo de investimentos estrangeiros que já assomam à porta, mas esperam o momento exacto para entrar em acção.

Para uma maior abertura, deve ser acelerado um esquema de privatização, melhorar o sistema de cobrança de impostos, reduzir o leque de funcionários no aparelho do Estado, que actualmente emprega 35 mil pessoas, por forma a atrair mais investimentos estrangeiros.

Teoricamente, as despesas com a defesa foram reduzidas desde que a guerra civil terminou no ano passado, mas os custos da desmobilização e formação de um Exército Nacional, fixado em 50 mil homens, são altos, segundo o Ministro das Finanças.

No topo de todas estas reestruturações a prioridade vai para os sectores da Educação e da Saúde, que deverão beneficiar de grandes investimentos, dado o facto de terem sido relegados para um plano secundário, mesmo durante a dominação colonial portuguesa.

O colapso atingiu todos os sectores quando os gestores do antes da independência abandonaram o país, deixando este à mercê de homens de negócios com poucas experiências na direcção das fábricas, das plantações

de algodão e café, produto de que Angola já foi dos maiores produtores e exportadores.

Na segunda semana deste Junho, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, disse a jornalistas que as atenções na reestruturação da economia devem centrar-se, prioritariamente, no sector agrícola, com vista a diminuir a importação de produtos alimentares e "amputar" o êxodo rural, fenómeno característico dos países em vias de desenvolvimento.

Na óptica do líder da UNITA, a reactivação do sector agrícola ajudará a reduzir a dependência no petróleo, cuja exportação contribui com 90 por cento das receitas em divisas.

Cerca de dois terços do petróleo produzido em Angola saem do enclave de Cabinda, onde a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC) insiste na independência do território, rejeitando a ideia de autonomia limitada.

Fala-se que alguns líderes da FLEC, que ameaçou boicotar o processo eleitoral naquele enclave, se as suas exigências não forem satisfeitas, estão em contacto com Luanda, a fim de encontrar uma solução para o conflito. Análises políticas acreditam que o problema de Cabinda ainda fará correr muita tinta, pois o desenlace do problema não se vislumbra, num futuro breve. Cabinda é uma região importante na arena económica angolana.

Bancos estrangeiros são de opinião que as várias desvalorizações do kwanza — a última ocorrida em Abril — diminuindo o fosso que existia entre o câmbio oficial e do mercado paralelo, fortalecendo o poder de compra, facto coadjuvado pela liberalização dos preços. Segundo o Ministro das Finanças, não serão efectuadas mais desvalorizações num futuro próximo.

Angola deverá eventualmente ter de adoptar medidas de austeridade prescritas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), organismo financeiro internacional com quem está em negociações.

O Ministro Monteiro admitiu ser necessária a disciplina financeira, mas as mudanças terão de ser graduais. (Estamos a emergir de uma guerra prolongada e a reconstrução do país é a mais alta prioridade).

UNITA liberta hoje 20 prisioneiros

António Matos
em Luanda

As acusações entre o Governo e a UNITA voltaram a subir de tom esta semana, em torno da questão dos prisioneiros. O partido de Jonas Savimbi anunciara que 20 prisioneiros sairiam da Jamba na passada terça-feira e recuou no último momento. Mas ontem conseguiu-se novo acordo e a libertação está marcada para hoje.

“Eles querem brincar e nós estamos aqui para os aturar”, dizia o vice-ministro do Interior, Fernando Santos “Nandó”, referindo-se à UNITA momentos antes de mais uma

reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) em que se voltaria a discutir a questão dos prisioneiros ainda detidos na Jamba e nas cadeias do Estado. Uma discussão que na quinta-feira foi interrompida por sugestão dos observadores, quando as duas partes se mostravam inflexíveis.

Ontem, as duas partes chegaram finalmente a um entendimento, com novo compromisso da UNITA em libertar os prisioneiros, hoje, e com a constituição de uma comissão que deverá concluir até ao dia 23 de Julho a discussão da questão dos prisioneiros, para que até ao dia 30 de Julho todos sejam libertados.

Anunciada para terça-feira passada, a libertação de 20 prisioneiros ainda retidos na Jamba pela UNITA acabou por não se consumar. O representante do partido de Jonas Savimbi na CCPM, Salupeto Pena, alegou a existência de “situações complexas e de grande tensão” nas províncias do Zaire, Huambo e

Huíla para justificar esta decisão, que surpreendeu os observadores internacionais do processo de paz: Portugal, Estados Unidos e Rússia. No aeroporto de Luanda já estava tudo preparado para a viagem até à Jamba.

Custos de popularidade

No seio da UNITA não existia, todavia, consonância nas justificações apresentadas para a decisão de não libertar os prisioneiros. E alguns dirigentes reconheceram, em declarações ao PÚBLICO, os custos de popularidade que este adiamento acarretava para o partido. Segundo um alto dirigente, a questão da libertação dos presos foi amplamente debatida pela direcção do partido, onde se verificaram “sérias divergências sobre a estratégia a prosseguir”.

O Governo mantém, por seu lado, a posição de negar a existência de quaisquer elementos da UNITA nas cadeias, interpellando directa-

mente Jonas Savimbi.

Mas a UNITA apresentou na reunião da CCPM um “despacho secreto” do Presidente da República, de 14 de Maio último, em que se prescreve o “acabamento de todos os presos políticos nas cadeias de São Paulo e Operações, incluídos da UNITA”.

Este novo quadro contraria radicalmente o tom ameno em que decorrera o debate realizado há cerca de oito dias pela televisão angolana, em que Salupeto Pena, pela UNITA, e “Nandó”, pelo Governo, deram sinais de um grande entendimento sobre várias questões, nomeadamente a da libertação dos prisioneiros. Salupeto Pena fez lembrar ao seu interlocutor a existência (não desmentida na oportunidade) de mais de 400 prisioneiros nas cadeias do Governo e admitiu a promessa, feita por Jonas Savimbi a José Eduardo dos Santos, de que os pilotos da FAPA (Força Aérea Popular de Angola) seriam libertados na data prevista. ■

EXPRESSO, SÁBADO 11 DE JULHO DE 1992

UNITA adia libertações

A UNITA voltou esta semana a adiar a libertação de 20 prisioneiros de guerra em seu poder alegando primeiro «desenvolvimentos negativos» e exigindo depois a libertação de uma lista de 450 nomes que anteriormente não haviam sido presentes à Cruz Vermelha Internacional.

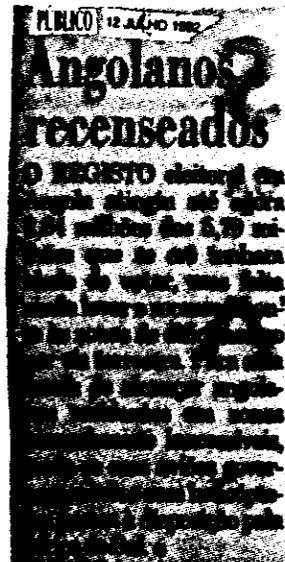
Segundo fontes próximas desta organização os novos 450 nomes incluem militares das FALA (exército da UNITA) que foram executados e as execuções anunciadas, além de quatro dos seus homens envolvidos em homicídio. Dois deles encontram-se em liberdade condicional e os outros dois presos por confesso assassinio de dois oficiais das FAPLA (exército governamental). A libertação, prevista para quarta-feira foi adiada «sine die», segundo o anúncio feito pelo representante da organização à CCPM, Elias Salupeto Pena.

Uma solução para Cabinda

CABINDA poderá ser discutida brevemente em Paris, depois do encontro, terça-feira, entre o Presidente angolano José Eduardo dos Santos e o fundador da FLEC, Luis Ranque Frank.

O histórico da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda esteve esta semana em Luanda depois de quatro dias em Cabinda onde afirmou existir um conluio entre Tiago e Mobutu para a anexação de Cabinda pelo Zaire.

O rapto, na quarta-feira, de dois portugueses e um angolano, da Mota e Companhia, uma empresa que sempre circulou livremente no enclave é vista na capital angolana como uma tentativa de Tiago de afirmar a sua posição face ao crescimento dos moderados afirmando não aceitar «uma solução angolana», para o território.



PÚBLICO 12 JULHO 1992

ALEGADO ATENTADO CONTRA CHIPENDA — Daniel Chipenda, director nacional da campanha eleitoral do partido governamental angolano, foi ontem alvo de uma alegada tentativa de assassinio durante um comício, disse a Rádio Nacional de Angola. Quatro homens foram detidos por envolvimento no eventual ataque, dois deles militares não identificados e outro indivíduo designado como major Godinho.

«Seria útil um encontro com De Klerk»

Benjamim Formigo
em LUANDA

JOSÉ Eduardo dos Santos que, segundo fontes bem informadas, poderá formalizar amanhã a sua candidatura à Presidência angolana, afirmou em entrevista ao EXPRESSO — que será publicada na íntegra em «A Revista» da próxima semana — que um encontro com o Presidente sul-africano Frederik De Klerk «seria extremamente útil para os dois países».

Manifestando grande abertura relativamente a Pretória, José Eduardo dos Santos, que considerou que o Presidente De Klerk procura genuinamente reformar o seu país, esclareceu que esse encontro não depende da existência de um Governo de transição na África do Sul: «Estou disposto a encontrá-lo em qualquer altura». «O apartheid, de jure, já acabou. Porém a máquina repressiva ainda está presente. (...) Acho que há um esforço do Presidente De Klerk e de outras pessoas que com ele colaboram no sentido de dissolver, logo que as condições se criem, todos esses instrumentos repressivos, abrindo o caminho para uma nova África do Sul democrática, que permita a intervenção de outras forças políticas. O Presidente De Klerk é uma peça chave, bem como o presidente do ANC, Nelson Mandela».

Os recentes acontecimentos em Boipatong são a prova de que ainda há resistência há mudança dentro do próprio Partido Nacional. «Há forças que não estão interessadas na mudança e impedem o Presidente De Klerk de agir com maior celeridade», afirmou José Eduardo dos Santos, que admitiu que um encontro com o Presidente sul-africano não está fora dos seus horizontes: «Gostaria de me encontrar com De Klerk. Ele tem as suas prioridades e eu tenho as minhas, mas um encontro não seria mau, até para a nossa região».

O Presidente angolano referiu-se ainda ao papel de Angola na África Austral dizendo: «Se Angola, Moçam-

bique e África do Sul (...) poderão desempenhar um papel motor no desenvolvimento da África Austral, quicá no desenvolvimento da África Central e mais tarde de toda a África».

Solução em Cabinda

O Chefe de Estado adiantou ainda que Cabinda tinha de ser objecto de «uma solução política» e mostrou-se optimista sem esconder a sua preocupação pelo facto de o enclave ser cobijado pelos países vizinhos. «Há cobiças antigas do Zaire e do Congo. Preocupa-nos que alguns movimentos chamados de Libertação do Enclave de Cabinda sejam apoiados pela República do Zaire e por personalidades políticas da República Popular do Congo, originárias de Cabinda mas nascidas nesses países [essas tendências que poderiam conduzir à anexação], é «um perigo para a estabilidade de Angola e talvez de toda a África Central».

Todavia, dentro da FLEC

«há outras correntes que se exprimem em português. Têm uma cultura angolana» e, embora defendendo a especificidade de Cabinda, «consideram-na parte integrante de Angola». Essas tendências, acrescenta o Presidente angolano, «são constituídas por lusófonos (...) e através de um diálogo permanente (...) será possível encontrar uma solução (...)».

«Iniciamos uma etapa nova de diálogo. Vai ser possível encontrar um ponto intermédio e uma solução que satisfaça as populações». Porém, se uma solução política não for encontrada, as eleições no enclave de Cabinda não serão fáceis: «Há o risco de não serem possíveis as eleições», eventualidade que José Eduardo dos Santos preferia que não viesse a suceder pois, disse: «É importante que tenham os seus representantes no futuro Parlamento, até mesmo para se poder continuar a discutir esta questão se eventualmente ela não for resolvida até Setembro.»

Unidade da FLEC em Paris, até dia 15

O FUNDADOR do movimento independentista de Cabinda, Ranque Frank, anunciou que espera organizar até ao próximo dia 15, em Paris, uma reunião de todas as sensibidades da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), de modo a que se possa definir um interlocutor para iniciar negociações com o Governo de Angola sobre o futuro do enclave. Frank, considerado o pai espiritual da FLEC, da qual se afastou há alguns anos,

falava no final de uma visita de vários dias a Cabinda, onde manteve contactos com as autoridades políticas, administrativas e religiosas locais, à frente de uma delegação em que se integravam duas figuras ligadas ao Conselho Supremo de Coordenação da FLEC — Eduardo Sozinho e Luís Carneiro Gimby, este último na qualidade de líder da União Nacional para a Libertação de Cabinda.

“É preciso encontrar uma si-

tuação de diálogo”, disse, por seu lado, à rádio nacional de Angola, o governador de Cabinda, Augusto Tomás, sabendo que se não deve falar à partida nem de autonomia, nem de independência. Visivelmente satisfeito, este responsável considerou que, durante a deslocação da comitiva liderada por Ranque Frank, “todos os objectivos foram alcançados” e salientou que, se Nzita Henriques Tiago, líder da facção armada FLEC-FAC — conside-

rada a mais importante das forças independentistas —, não participar no consenso, “as coisas não deixarão de se fazer”.

Nzita Tiago e o secretário-geral do Conselho Supremo de Coordenação, Peco Bambi, ambos neste momento em Paris, criticaram frontalmente (ver PÚBLICO de 3/7/92) os contactos de Ranque Frank com as autoridades angolanas, bem como a sua deslocação a Cabinda. ■

António Matos, em Luanda

PÚBLICO 8 JULHO 1992

Portugueses raptados em Cabinda

DOIS ENGENHEIROS e um mecânico da empresa portuguesa Mota e Companhia foram raptados domingo passado quando inspecionavam obras de firma numa estrada na zona norte de Cabinda, onde actuam as guerrilhas da FLEC. “Foi uma surpresa tudo isto, e já pedimos apoio ao governo através da Secretaria de Estado da Cooperação”, disse ao PÚBLICO António Mota, o vice-presidente da empresa António Mota, que se recusou a entrar em pormenores alegando que a sua divulgação pode prejudicar os esforços em curso para a libertação dos funcionários. Segundo a Rádio Renascença, a Igreja católica estaria a servir de medianeira para a libertação dos três portugueses, que a mesma fonte se limitou a confirmar serem Corte-Real e Passos de Guerra (engenheiros) e José Pinto (mecânico), recusando-se a fornecer outros elementos de identificação. A empresa, que em Setembro de 1990 viu um engenheiro e um encarregado raptados pela FLEC-FAC, de Nzita Tiago, na estrada entre Inhaca e Buco Zao, mantém cerca de uma centena de pessoas a trabalhar em sete empreitadas no enclave de Cabinda, e trezenas outras em Angola. ■

... e ataque à capital do enclave

UM ATAQUE, sábado à noite, à sede do Governo e ao emissor local da rádio nacional provocou pelo menos um ferido — a filha do secretário-geral do governo provincial — e obrigou a delegação da FLEC chefiada por Ranque Frank e Luís Gimby, que se encontrava em instalações governamentais, a refugiar-se no Hotel Maiombe, situado no centro da cidade de Cabinda, notícia a edição de ontem do “Jornal de Angola”, citada pela agência Lusa. O ataque, atribuído à FLEC-FAC, de Nzita Tiago, que rejeita as conversações em curso entre Ranque Frank e o Governo de Eduardo dos Santos, levou as autoridades militares a colocarem as FAPLA em “estado de alerta”.

Em Luanda, entretanto, fonte não oficial disse à Lusa que teria sido preso o terceiro elemento envolvido no massacre de portugueses em Abril, na praia de São Brás, com quilómetros a sul da capital angolana. Os dados disponíveis indicam-no como um dos dois co-autores da chacina de duas famílias portuguesas, os casais Brito Rodrigues e Pinto Ribeiro e seus três filhos menores. Alegações dos dois primeiros detidos de que o crime fora cometido a mando de um militar da UNITA identificado como “Gihapele” foram desmentidas por este movimento. ■

Francesa assassinada em Luanda

O ASSASSINATO de Monique Michelle, francesa, na segunda-feira em Luanda, fez levantar de novo o problema da criminalidade após o período de relativa descompressão que se seguiu à morte de sete portugueses, em Abril. Até porque, só na última semana, a polícia de Luanda registou 157 crimes. Monique Michelle foi atingida por uma rajada de metralhadora perto de Luanda, no quilómetro 14 da estrada que faz ligação para o Sul de Angola. Desconhecem-se as circunstâncias do móbil do crime e sabe-se apenas que Monique, casada com o britânico Alan Michelle, engenheiro de prospecção da companhia petrolífera ELF-Aquitaine Angola, fora com uma amiga e os filhos a um campo de equitação. Mas em Luanda a violência não tem atingido apenas estrangeiros. Mauro Figueira, angolano, foi assassinado no domingo, também em Luanda, por desconhecidos que lhe roubaram o carro. Os seus familiares disseram ao “Jornal de Angola” que “os criminosos estão disfarçados de agentes da polícia”. E também um oficial da Marinha de Guerra, capitão Manuel Sentinho, foi morto na sua casa, no bairro Rocha Pinto. ■

António Matos, em Luanda

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 9 JULHO 1992

RAPTADOS EM CABINDA “ESTÃO BEM” — Os três portugueses e um angolano raptados em Cabinda pela FLEC-Renovada de José Tibúrcio ainda se encontravam na noite de ontem no enclave “na área de Belize”, informou à Lusa uma fonte diplomática contactada por telefone em Kinshasa. “Os portugueses e o angolano estão de boa saúde e ainda na área em que foram sequestrados em Belize, coração da floresta do Maiombe”, disse à agência o diplomata, ao citar uma mensagem chegada durante a tarde à capital zairense, proveniente de Cabinda. “Muitos dos homens” de José Tibúrcio encontram-se na cidade, pronunciando contactos regulares e bons, informou ainda a fonte contactada em Kinshasa, referindo-se ao momento a chegada de Jorge de Pinho, da construtora “Mota e Companhia”, de que os sequestrados são funcionários.

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 7 JULHO 1992

Torneio olímpico de basquetebol. Angola na estreia dos EUA

O SORTEIO do torneio olímpico de basquetebol dos Jogos de Barcelona caprichou em colocar a selecção angolana no ingrato papel de “apadrinhar” a estreia na prova da super-equipa norte-americana. O encontro realiza-se a 26 de Julho, pertencendo à jornada inaugural do Grupo A, que inclui ainda a Croácia, o Brasil, a Alemanha e a Espanha.

O resultado do sorteio ditou a constituição de dois grupos de nível bem diferente, já que o Grupo B integra as formações da Austrá-

lia, Lituânia, Venezuela, CEE, Porto Rico e China. Os quatro primeiros de cada grupo passam aos quartos-de-final, com os primeiro e segundo classificados de cada grupo a defrontarem, respectivamente, os terceiro e quarto colocados do outro grupo. A final joga-se no dia 8 de Agosto.

Basquetebol angolano sem complexos

O TREINADOR da selecção angolana de basquetebol, Vitorino Cunha, afirma que vão perder por 30 pontos frente aos EUA. O base, Panto Macedo, diz que vai ser por 50. Mas ninguém esconde um enorme entusiasmo por poder defrontar a “equipa de sonho” de Michael Jordan e seus pares. A selecção angolana está em Flint, Michigan (EUA), para realizar dois jogos de exibição frente a uma equipa local de amadores. “Quando ganhámos o campeonato de África logo dissemos que queríamos jogar com os EUA porque têm a melhor equipa de sempre de basquetebol”, acrescentou o treinador. ■

PÚBLICO 20 JULHO 1992

Cabo Verde privatiza

CABO VERDE deu início ao processo de privatizações. Empresas até agora dependentes da gestão estatal vão passar a entidades mistas ou a usufruir de uma gestão inteiramente privada. O anúncio público foi feito em Lisboa, numa conferência em que esteve presente o primeiro-ministro Carlos Veiga.

Ainda não foi quantificado o número de empresas que entrarão imediatamente na lista de privatizações, mas na primeira fase deverão ser integrados dois «gigantes»: os Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV) e a Cabnave, com os seus estaleiros do Mindelo. Todavia, será a comissão nomeada para dirigir o processo a encarregar-se de definir a primeira lista de empresas que o Governo deseja privatizar.

O economista cabo-verdiano Paulo Santos Monteiro — docente no Instituto Superior Técnico e assessor do Banco de Portugal —, um dos autores do estatuto do processo de privatizações, apresentou aos empresários presentes, não só portugueses mas também cabo-verdianos radicados em Portugal, os parâmetros que colocarão em prática o estabelecido na lei aprovada recentemente no Parlamento daquela República.

Internacionalizar economia cabo-verdiana

A escolha de Lisboa para proceder a este anúncio deve-se ao facto de Cabo Verde estar à procura de compradores interessados em acções, obrigações ou outro tipo de participações nas empresas agora em vias de privatização. Especialistas defendem que o país terá, nos próximos anos, possibilidade de transformar-se em plataforma económica bem colocada entre os vários continentes e usufruindo das novas realidades económicas europeias.

Um exemplo é a situação decorrente da entrada em funcionamento do Mercado Único Europeu, que colocará produtos portugueses — mas não apenas desta nacionalidade — face a problemas de concorrência que exigirão a deslocação da sua base de produção, aproveitando fenómenos de «dumping» para relançá-los na CE, a partir de Cabo Verde. Também não é de desprezar a ideia de que os agentes portugueses sejam considerados como «parcelos mais favorecidos».

O Governo do arquipélago vê também com interesse a mobilização da poupança dos nacionais residindo no exterior, através da noção relativamente inovadora da «elasticidade» da nação cabo-verdiana, que visa mobilizar os conhecimentos técnicos de especialistas a trabalhar na diáspora e, agora, as economias dos emigrantes em termos mais racionais. Segundo Paulo Santos Monteiro, «para além de ser importante que as nossas comunidades no exterior participem neste processo histórico — que vai alterar o panorama económico, modi-

ficando as relações entre os sectores público e privado, e implicando uma nova definição do que será o interesse geral no nosso país —, as suas poupanças poderão ter papel importante na preservação da posição cabo-verdiana no capital social de empresas do sector económico vital.»

Redefinição do tecido económico

As modalidades técnicas das privatizações exigem uma redefinição do que deverão ser os sectores público e privado, passando por posições estatais maioritárias ou minoritárias ou «golden shares» casos de actividades estratégicas. Santos Monteiro considera «que este fim de século e o começo do próximo serão um espaço de empresas e de mercado», e alerta para a situação geral das empresas do país, com uma média de quadros excedentários que se situa em um quarto dos efectivos (em algumas, como os TACV, ultrapassando os 30 por cento), quase todas deficitárias e dependentes dos empréstimos do banco central, e a ele devendo somas astronómicas, que podem ser consideradas crédito malparado.

O que originou esta situação que agora urge ultrapassar? O economista avança a falha do anterior Governo, que se terá quedado por uma política de gestão simplista dos subsídios da comunidade internacional, mas acusa ainda «uma clara e generalizada falta de gestão empresarial em termos de uma política racional», o que agora exigirá medidas de saneamento e levará à redução de pessoal, prevendo-se despedimentos.

Esta «stream lining», segundo Santos Monteiro, será inevitável. Mas adianta que tudo se fará com garantias para os trabalhadores: «O Estado terá de criar as estruturas que amortecem os custos sociais.»

Parece haver já instrumentos para criar essas estruturas: fundos especiais no âmbito da Convenção do Lomé serão canalizados para a reciclagem da mão-de-obra dita excedentária ou financiamento de actividades por conta própria. Outro aspecto que os autores do projecto têm como importante é o surto de empregos que a nova filosofia económica irá causar, com o aparecimento da iniciativa privada, há anos estrangulada e sem incentivos.

O interesse maior dos investidores deverá ser o sector industrial, sem descuidar os serviços, nomeadamente no âmbito da saúde onde, até agora, era interdita a medicina privada. Pontos fulcrais de todo o processo de remodelação da economia cabo-verdiana serão ainda a transformação da estrutura bancária e a reforma administrativa, que darão ao país uma outra capacidade de resposta às exigências dos agentes privados internacionais.

António Loja Neves

6 "Não mandem mais estudantes para cá"

AO ABRIGO de acordos na área da formação, trinta estudantes da Guiné-Bissau, colocados em universidades marroquinas, estão a viver numa situação difícil, em condições precárias de habitação e quase sem dinheiro para o dia-a-dia e os estudos. Os estudantes afirmam que foram para Marrocos com a promessa, por parte do Governo guineense, de que teriam "condições mínimas" para cumprir um curso técnico ou superior e voltar para o seu país com o diploma na mão. Mas encontraram uma realidade diferente: uma bolsa de estudos de apenas 560 dirhams por mês (cerca de nove mil escudos) — atribuída pelo Governo marroquino — e nenhum auxílio complementar da própria Guiné-Bissau, contrariamente ao que acontece com outros estudantes lusófonos em Marrocos. "Peço que não mandem mais estudantes para cá", apela Gilberto Bampoki, que está no terceiro ano do curso de Administração Comercial da Escola Nacional de Administração Pública.

Os guineenses fazem parte de um grupo de 79 jovens lusófonos que estudam em Marrocos no abrigo de acordos para atribuição de bolsas de estudo. Com

base nestes acordos, Marrocos dá, além do subsídio mensal, um apoio inicial aos estudantes, que, durante a aprendizagem da língua, nos primeiros seis meses, ficam alojados nas cidades universitárias.

O alojamento é pago — 125 dirhams (dois mil escudos) por mês em Rabat, por exemplo — mas é uma alternativa mais barata do que um aluguer normal nas principais cidades marroquinas.

Os estudantes que vivem em Rabat gastam, por mês, ainda cerca de 60 dirhams (960 escudos) no restaurante da cidade universitária, mais 45 para preparar refeições nos fins-de-semana (720 escudos), quando o refeitório está fechado. Tudo o que resta — 320 dirhams, ou seja, pouco mais de cinco mil escudos — é consumido integralmen-

te em material escolar, transportes e outras despesas correntes. A situação complica-se ainda mais durante os três meses de férias, quando os estudantes, segundo Bampoki, não recebem a bolsa e não podem permanecer na cidade universitária nem utilizar o refeitório. A única alternativa de alojamento é um pequeno apartamento alugado no bairro de Kamra, na periferia de Rabat, cuja renda de 1300 dirhams (21 mil escudos) é dividida entre os 30 estudantes. O apartamento tem três pequenas divisões, mais uma cozinha improvisada, e não se aproxima em nada a uma residência estudantil. No princípio das férias, em Junho, o apartamento acolhe praticamente todos os estudantes. "A nossa preocupação é não ficar aqui nas férias", afirma Marinho Cassamá, que estuda desde 1988 em Marrocos. Apesar de todas as dificuldades, os guineenses têm conseguido um bom aproveitamento nos cursos — que variam entre Direito, Economia, Diplomacia, Administração ou Medicina. Este ano, quatro estudantes completaram cursos superiores e um terminará um curso médio.

Ricardo Garcia

Faltam meios para ajudar

O EMBAIXADOR da Guiné-Bissau em Portugal, Hugo Borges, reconhece que a situação dos estudantes em Marrocos é difícil, mas afirma que a o seu país não tem condições para conceder bolsas adicionais. Hugo Borges considera que se trata de um período transitório para os estudantes, que passam alguns anos com algum sacrifício, mas depois são recompensados. "Isto é também enaltecido", disse ao PÚBLICO.

Centenas de cidadãos guineenses estão a estudar no exterior em condições diversas. O embaixador garantiu que os estudantes são sempre informados previamente das condições em que vão estudar e do montante das bolsas. O Governo guineense normalmente paga a viagem de ida e volta ao país, mas o resto fica por conta das bolsas de estado. Portugal, por exemplo, concede um subsídio de 40 mil escudos mensais a cerca de 300 estudantes da Guiné-Bissau. "A situação dos estudantes em Marrocos é difícil, mas ainda assim não é a mais difícil de que temos conhecimento", disse, citando o caso dos guineenses na Jugoslávia.

O embaixador já esteve em Marrocos em 1988, 1989 e 1990 e viu de perto a situação dos estudantes. No princípio e no fim do período de férias, além disso, a embaixada normalmente promove uma reunião com os estudantes que vêm a Lisboa. O embaixador disse também que tem solicitado as autoridades marroquinas informadas da situação. "Decejaríamos que as bolsas fossem maiores", afirmou. "Mas temos de ter em consideração o esforço que já está a ser feito para conceder [os atuais subsídios]."

Hugo Borges informou ainda que a bolsa atribuída por Marrocos cobre os 12 meses do ano, e não apenas os nove meses de aulas, e que a embaixada concede um apoio financeiro para alojamento dos estudantes durante as férias. ■ R.S.

PÚBLICO
7 JUNHO 1982

Uma mulher contra "Nino"

ANTONIETA Rosa Gomes, advogada de 33 anos, é a primeira mulher a liderar um partido nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e afirma-se disposta a participar no combate por uma Guiné-Bissau melhor, ultrapassada a desilusão que foram os primeiros 18 anos de independência.

Licenciada em Direito pela Universidade de São Paulo, no Brasil, onde desde 1987 exerce a sua profissão na área político-administrativa e financeira, encontra-se actualmente em Lisboa, de regresso ao seu país, onde até ao fim do ano tenciona legalizar o Fórum Cívico Guineense — Social Democracia.

Casada com um compatriota que está a concluir o curso de Direito em São Paulo, Carlos Vamain, de quem tem duas filhas, Antonieta Gomes disse ao PÚBLICO que defende uma aliança de carácter económi-

co entre a Guiné-Bissau e Portugal: "Uma liga muito mais forte do que os simples acordos de cooperação."

No seu entender, o pluralismo político é muito importante para se travar a degradação da vida do povo guineense mas só por si não basta, sendo necessária a integração económica com um país europeu, de preferência Portugal.

Depois de se ter confessado bastante desiludida com a administração do PAIGC, afirmou que "a classe governante tem uma vida muito acima do cidadão médio e conseguiu acumular muitas riquezas, enquanto não há condições de trabalho para os quadros e se verifica uma emigração em massa de muitos guineenses".

Antonieta Rosa Gomes

penha que no seu país se tem verificado a incompetência de alguns governantes e uma excessiva centralização administrativa: "No tempo do Presidente Luís Cabral as coisas não estavam muito bem. Aplaudi o 14 de Novembro de 1980, que o derrubou. Mas João Bernardo Vieira recepcionou-me muito. O nível de vida diminuiu e o salário mínimo não ultrapassa agora o equivalente a 30 dólares (menos de 4000 escudos). Há mais desonestidade, mais corrupção."

Interrogada acerca das perspectivas para as eleições que o regime pretende realizar no fim deste ano, a líder do Fórum Cívico considerou que o Movimento Bafatá, de Domingos Fernandes Gomes, está com uma certa aceitação e que a Frente Democrática, de Aristides Menezes, também se encontra bem implantada. ■

Jorge Heller

Cimeira Chissano- -Dhlakama em Gaborone

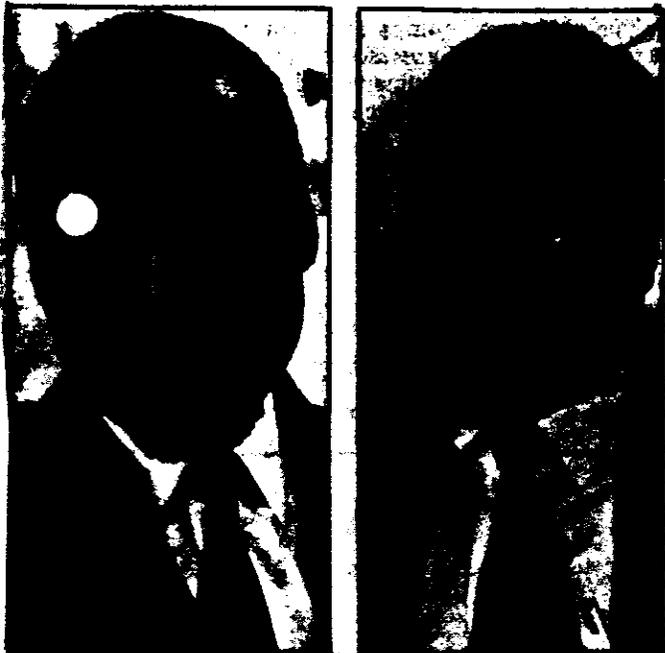


Foto: Luf Cervinho

Enquanto prosseguem as negociações em Roma, um encontro entre Chissano e Dhlakama para discutir a paz em Moçambique poderá ocorrer já nos próximos dias

O PRESIDENTE do Zimbabwe, Robert Mugabe, efectua neste momento, a pedido do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, uma missão de bons officios junto do Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, para organizar um encontro entre os dois dirigentes.

No caso de a missão de Mugabe ser coroada de êxito, a cimeira Chissano-Dhlakama ocorreria já nos próximos dias em Gaborone, no Botswana, revelou ao EXPRESSO o chefe dos rebeldes moçambicanos.

«O Presidente Mugabe aceitou a missão e penso que nunca estivemos tão perto como agora da realização da cimeira e da paz», declarou Dhlakama, que se encontra actualmente em Genebra, na Suíça, depois de, em Gaborone, ter tido um encontro com Mugabe, na presença do presidente Matsire, do Botswana, «e de um embaixador americano», segundo disse.

«Nesta cimeira podemos decidir as duas questões essenciais — a criação do exército único e as garantias — e o cessar-fogo pode ser assinado nos dias seguintes, ficando as negociações de Roma mais viradas para assuntos técnicos», acrescentou Dhlakama.

O líder dos rebeldes revelou ainda que a Renamo aceita a criação em Moçambique de corredores humanitários para socorrer as populações ameaçadas pela fome. «Mas enquanto não há o cessar-fogo, os corredores deverão partir das cidades dos países vizinhos e não de localidades controladas pela Frelimo, por motivos militares óbvios», explicou.

Daniel Ribeiro
em Paris

Soldados moçambicanos desertaram

FORÇAS REGULARES moçambicanas estacionadas no pequeno porto de Angoche, em Nampula, no Norte, fugiram face a um ataque de guerrilheiros da Renamo em vez de defenderem a localidade, afirmou ontem a agência oficial ADM. Habitantes de Angoche disseram ao governador da província, Alfredo Gamito, que as tropas governamentais não tentaram sequer conter o ataque, realizado a 28 do mês passado, fugindo de barco à procura de refúgio nas ilhas vizinhas. Os homens da Renamo ficaram em Angoche dez horas.

O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, propôs entretanto, numa entrevista à "Voz da América", uma cimeira com o Presidente Joaquim Chissano para "acelerar" o processo de pacificação. Dhlakama sugeriu Gaborone, capital do Botswana, para o encontro, mas frisou que este "não se debruçará expressamente sobre o cessar-fogo".

Chissano esteve ontem em Nova Iorque, onde se declarou pessimista quanto às perspectivas para um final pacífico para o conflito. "Embora vários protocolos tenham sido assinados, (...) as conversações ainda não produziram os resultados que esperávamos, isto é, a assinatura de um cessar-fogo", afirmou Chissano num discurso no Conselho Carnegie. ■

SEGUNDA-FEIRA, 13 JULHO 1992

PÚBLICO

Setúbal colabora com Moçambique

A evolução geral das infraestruturas portuárias e da modernização da estrutura da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) foram constatadas pelo director geral dos portos e caminhos de ferro de Moçambique, Mário Dimande,

que visitou recentemente o porto de Setúbal.

O responsável moçambicano espera ter acesso à experiência portuguesa, útil para a gestão futura dos portos moçambicanos, que precisam de serem viáveis. Mário Dimande foi informado acerca do esquema de funcionamento do porto, bem como os métodos de gestão do cais das Fontainhas e dos cais licenciados, explicados pelo administrador Orlando Valadas e pelo director de operações portuárias, Arnaldo Noronha. ■ P.V.

Terceiro ano de diálogo improfícuo

Vera Gonçalves
em Roma

O processo negocial que em Roma tenta conseguir a paz em Moçambique está já a partir de hoje no seu terceiro ano, mas ninguém acredita que a paz seja possível nas semanas mais próximas, dado que se mantêm profundas divergências entre o Governo e a Renamo.

As questões militares começaram esta semana a ser discutidas nas conversações de Roma para a paz em Moçambique, depois de 15 dias de impasse — mais um — sobre a ordem dos diversos pontos a debater na agenda da décima primeira ronda das negociações.

O primeiro ponto a tratar agora é o da formação de um Exército nacional único, englobando os critérios para a sua formação, a composição e o número dos homens a recrutar.

Mesmo os mais optimistas não acreditam que durante esta ronda seja possível avançar para os pontos seguintes da questão militar, incluindo o da retirada das tropas estrangeiras, o do funcionamento dos grupos armados privados, o da polícia poli-

tica e o da reintegração económica e social dos militares desmobilizados.

Todos aqueles aspectos deverão eventualmente ser discutidos noutra ronda. Mas a delegação da Renamo em Lisboa disse-nos ontem que os representantes daquele movimento em Roma estão mandatados para ficar na presente fase das conversações até que se consiga o cessar-fogo.

Só há poucos dias é que a Renamo autorizou os militares que tem na capital italiana a manterem contacto com os militares governamentais, mas em encontros que não terão carácter negocial. Apenas servirão para a troca de informações. E isso diz bem do ritmo extraordinariamente lento em que todo este processo tem decorrido, com profunda desconfiança entre as duas partes.

Papel português

Um dos factores determinantes para os pequenos avanços obtidos nas últimas semanas foi a participação de observadores portugueses, franceses, britânicos e norte-americanos, já que a Itália, só por si, não se tem mostrado capaz de levar o processo a bom porto. Foi graças aos observadores recentemente cha-

mados a intervir que a décima primeira ronda não teve de ser interrompida, quando o impasse criado pela Renamo — a propósito das actividades da Comissão Mista de Verificação (Comive) dos acordos parciais existentes para os "corredores" da Beira e do Limpopo — estava quase a fazer com que as delegações fossem uma vez mais até Moçambique, aguardar novas instruções.

A intervenção dos observadores de Portugal e de outros

países é que levou os medianeiros da Itália e da Igreja católica a pedirem à Comive uma verificação mais efectiva dos acordos parciais conseguidos em Roma no fim de 1990.

A mediação italiana de todo este complexo processo de paz tem sido duramente criticada por todos aqueles que acreditam que Portugal poderia desempenhar um papel muito mais eficiente nas negociações, devido à falta de experiência da Itália em

assuntos da África Austral.

Enquanto isto, a publicação independente moçambicana "Mediafax" dizia ontem que tropas de elite da Renamo, treinadas em Marrocos, se preparam para tomar o Poder, segundo um oficial de alta patente que pediu o anonimato. Mas a delegação da Renamo em Lisboa, contactada pelo PÚBLICO, comentou que o movimento presidido por Afonso Dhlakama nunca possuiu militares treinados no exterior.

Mais nos disse o porta-voz adjunto da Renamo, Joaquim Vaz, que nunca foi estratégia daquela organização ocupar cidades: "É uma guerra de guerrilhas, não de ocupação. Não acreditamos na ocupação de cidades, mas sim na vida do diálogo".

Em Maputo foi entretanto anunciado que o general Sebastião Mabote, acusado de uma tentativa preparada o ano passado, poderá ser julgado em Agosto. ■

LUIS VASCONCELOS



As populações moçambicanas são constantemente deslocadas devido à guerra e à seca

MULHERES SOFREM MAIS OS HORRORES DA GUERRA

● Depois de morto o "general" Gomes, a Renamo tem concentrado a sua fúria e "vingança" em mulheres de todas as idades

por Salomão António (texto) e Alfredo Mueche (fotos)

NA plácida que liga a cidade de Chibuto, na província de Gaza, e a localidade de Maqueze, são incontáveis os cadáveres que se encontram estendidos pelo caminho.

A maior parte desses cadáveres são mulheres.

Depois de mortas, e às vezes o acto de matar é precedido de um acto de violação, a Renamo espeta paus nos sexos, corta os seios e deixa os cadáveres desnudos.

Em Maqueze, antigos cativos da Renamo afirmaram que esta "estratégia" foi tomada depois da morte do "general" Gomes, o feroz "chefe" da "zona sul" da Renamo, morto durante esta ofensiva das FAM.

É um medieval processo de vingança.

É facto incontestável que um pequeno atraso na fixação do PCA (Posto de Comando Avançado) na província de Gaza e o sucedâneo início das ofensivas militares no passado mês de Abril, a situação neste momento, seria bem mais grave. Na verdade, a progressão da Renamo no sentido norte-sul, no distrito de Chibuto, e um pouco em Mandlakazi, deixava antever uma situação "incontrolável".

Depois de, nos primeiros meses do ano em curso, ter-se retomado aquilo que se chamou o estado-maior da Renamo na zona sul do país (Dindiza e Nhanala), ao norte de Chibuto o grupo armado começou a descer no sentido sul, numa guerra que não é mais que do poder das armas contra populações indefesas. As actuações dessa força armada

atingiam cerca de dez quilómetros, ou menos, da sede do distrito de Chibuto e, não raras vezes, as suas incursões faziam-se sentir de forma brutal nos bairros circunvizinhos da cidade, de acordo com relatos daqueles que, na carne, vivem esta guerra que se arrasta há cerca de 17 anos.

Desde o início das operações o que se vive, naquele distrito e na província, de uma forma geral, é guerra. Guerra por todos os lados, e numa situação em que o Exército moçambicano tem que procurar o inimigo, pois este, normalmente, evita o confronto directo com quem diz estar a combater, preferindo as populações indefesas.

Quando no dia 17 de Maio último a Reportagem do "Domingo" se deslocou à localidade

de Maqueze, via rodoviária, partindo da sede do distrito de Chibuto, pôde verificar, ao longo do percurso, que a guerra levada a cabo pela Renamo é uma guerra do poder das armas contra o povo. Dizemos do poder, pois, na verdade, a posse de armas é sempre um poder sobre quem as não tem.

Verificámos igualmente, que os alvos preferidos por estes homens são sempre a população indefesa e, no desespero que tomou aqueles homens, depois de perderem o comando central (entenda-se, zona sul de Moçambique) com a morte do "general" Gomes, a sua sanha assassina é descarregada, sobretudo, nas mulheres.

A sensivelmente dez quilómetros da cidade de Chibuto, deparámos com um quadro sobremaneira desolador: ao longo da estrada estavam corpos de

mulheres mortas por armas brancas e atravessadas na estrada por homens da Renamo. Parte das mulheres tinham o sexo cortado e espetado em paus, mesmo na beira da estrada que liga Chibuto ao posto administrativo de Alto Changane. Eram corpos ainda frescos, mas que não tendo sido imediatamente enterrados, ficaram em decomposição com o calor que fazia.

Outro pormenor a realçar é que todas as mulheres tinham as pernas abertas, o que demonstra o carácter doentio do "exército" da Renamo.

Poucos quilómetros depois de abirmos caminho e deixado para trás aqueles horrores que nunca desaparecerão das mentes de todos quantos presenciaram tais factos, cinco camiões novos, da Calamidades Naturais, que levavam comida para as populações necessitadas, tinham sido saqueadas e queimadas.

Ao longo do percurso de 60 quilómetros, feitos em mais de cinco horas, fomos encontrando corpos nas bermas da estrada, mas todos eles de mulheres. Também vimos casos de corpos que, tendo sido enterrados pelas tropas moçambicanas, ou pelas populações da zona, haviam já sido desenterrados pela Renamo

e postos na estrada ou nas suas bermas nalguns casos.

Enquanto a estrada exibia este triste espectáculo, várias companhias do Exército moçambicano iam vasculhando as matas, na eventualidade de encontrar bandidos armados, o que não veio a acontecer, tendo se chegado a Maqueze já noite dentro.

Alguns populares e militares que connosco viajavam nessa coluna, transportando comida para as populações e para os militares do Exército moçambicano estacionados em Maqueze, Dindiza, Nhanala e outros pontos, fora unânimes em afirmar que, nos últimos tempos, a sanha assassina da Renamo é dirigida, preferencialmente, contra mulheres de todas as idades.

Como pudemos apurar, os "últimos tempos" referem-se à fase seguinte da morte do "general" Gomes, em combates contra as forças do nosso Exército.

Paralelamente a esta prática, de acordo com as fontes, e mesmo antes da morte de Gomes, polarizavam as suas atenções no rapto de crianças e roubo de gado caprino e bovino às populações.

Como é já conhecido, as crianças engrossam o braço

armado da Renamo, naquilo que constitui a instrumentalização de menores. Quanto ao gado, é igualmente sabido que o mesmo constitui a base da alimentação da Renamo, à mistura com farinha ou outros tipo de cereais saqueados nas aldeias.

Precisamente às 12.55 horas, os camiões davam entrada na localidade de Maqueze, e os residentes, outrora murchos pela fome e pela sede, reanimavam-se, pois já teriam que comer e os camiões iriam buscar água no distrito Alto Changane.

Por outro lado, populações recuperadas nas zonas da Renamo pelas FAM/FPLM, estavam dando entrada na localidade. Eram pessoas que não comiam há uma semana, sendo as mesmas palavras válidas para os militares que os acompanharam ao longo dos quilómetros que separam Dindiza de Maqueze. Vinham a pé.

Num breve diálogo com estas pessoas, ficámos a saber que muitas outras haviam morrido durante o percurso, entre militares e civis, devido, fundamentalmente, à sede, embora não descurassem o factor fome.

Contudo, é pertinente informar que durante esse pequeno diálogo do pós-chegada dos sofrendores, vimos pessoas a morrerem, pois mais já não podiam. Foram crianças e adultos que morreram aos nossos olhos, sem nada se poder fazer. Chegaram para morrer, e a única coisa que podiam ter, e tiveram, obviamente, foi um funeral "condigno".

Foram os populares que nos disseram que, em Dindiza, muita gente morreu devido à sede, pois, a Renamo, quando acesada pelas FAM/FPLM, tratou de matar pessoas e, posteriormente, cortá-las em pedaços para as meter, no fundo dos poços de água, viciando, deste modo, o precioso líquido.

Foram os populares que viviam nas zonas da Renamo, de uma forma compulsiva, que nos disseram que Dindiza foi tomada pelas FAM, e Comité Internacional da Cruz Vermelha, deixou de fazer o abastecimento de vivers às populações.

Informação e Cultura na SADCC

MINISTROS DEIXAM MAPUTO SEM GRANDES AVANÇOS

domingo, 5 de Julho de 1992

por Daniel Cuambe

Marcada por sérias dificuldades organizacionais, tanto nas sessões dos oficiais, como dos ministros, encerrou na noite de sexta-feira, em Maputo e sem grandes avanços, a reunião dos titulares da pasta de Informação e Cultura dos Estados membros da SADCC-Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral.

No momento em que se dissipava a expectativa da não aprovação do documento final do encontro, este simplesmente não veio a "passar", depois que os oficiais brevemente à sessão ministerial, caracterizada por críticas ao secretariado da Comissão de Coordenação dos Programas de Informação e Cultura, à responsabilidade de Moçambique.

Nem tão pouco os corredores a favor da aprovação do comunicado final resultaram em sucesso, pois, desde o primeiro momento que os oficiais dirigiram duros ataques ao CCPCI, por lógica, estes transmitiram o ambiente do encontro aos respectivos ministros, que, à última hora, não levantaram os braços de concordância com a resolução final.

Mesmo assim, tanto os oficiais como os ministros reconheceram o esforço incommensurável da parte das autoridades governamentais, não só do ponto de vista financeiro, como também na mobilização dos recursos humanos e materiais dos mais variados sectores da vida nacional, para tentar garantir que este encontro se realizasse, conforme fez questão de sublinhar o ministro Rafael Maguni, quando discursava no acto da abertura da reunião ministerial.

Tal como havia dito o Primeiro-Ministro moçambicano, Mário da Graça Machungo, esta reunião deveria produzir aproximações mais conclusivas sobre as políticas de dinamização da Cultura e Informação.

Isso não aconteceu, nem tão pouco a clarificação de objectivos e nem sequer medidas práticas do fomento com investimentos, quer na

formação, quer em meios técnicos e materiais, garantindo um reforço de acção dos países, num terreno em que se verifica elevada competição mundial.

O que realmente se produziu nesta primeira sessão ministerial de Informação e Cultura da SADCC, foi o anotar do relatório de actividades do sector.

O documento básico de toda esta movimentação, intitulado Políticas, Estratégias e Prioridades do Sector, foi simplesmente remetido aos países membros da SADCC, para que estes procedam a uma reflexão adicional e aprofundada, tendo em conta as suas próprias realidades.

Os países deverão submeter as suas contribuições ao secretariado, a fim de este poder harmonizar ideias, de modo a permitir que os peritos se debrucem sobre um documento daí resultante, em reunião que deverá ter lugar dentro de aproximadamente dois meses.

Em face desta decisão, o programa de acção para 1992/95 e o respectivo calendário de actividades serão analisados igualmente na referida reunião, possibilitando deste modo a consulta aos respectivos governos, no que concerne a eventuais implicações de carácter financeiro.

Os ministros decidiram, por outro lado, autorizar o secretariado a prosseguir acções com vista à concretização de projectos do sector, numa base "ad hoc", devido ao facto de não terem sido aprovadas as políticas, estratégias e prioridades na Cultura e Informação.

As delegações ministeriais regressaram aos seus países e de novo se reunirão na Namíbia, em data a indicar oportunamente. A reunião do Maputo foi presidida pelo ministro moçambicano de Informação, Rafael Maguni.

Rumores de golpe de estado

RUMORES de um possível golpe de estado vieram nos últimos dias complicar a já tensa situação na África do Sul, onde o Governo e o ANC sabem que terão de retomar as negociações constitucionais, mas procuram uma maneira de o fazer sem perder a face.

O impasse na Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), originado por diferentes posições quanto ao número de votos necessários para aprovar a futura Constituição interina, foi agravado pela chacina de 41 pessoas na zona negra de Boipatong, no mês passado.

Os líderes dos dois grupos mais importantes no processo político sul-africano, o Partido Nacionalista de Frederik de Klerk e o ANC de Nelson Mandela, bem como dos secundários (Inkatha, PAC e Partido Conservador), estão a trocar insultos e a responsabilizar-se uns aos outros pela crise no processo negocial e pelo altíssimo nível de violência nas províncias do Transvaal e do Natal.

A Comissão Goldstone, criada para investigar actos de violência motivados por objectivos políticos, declarou não ter recebido quaisquer provas que impliquem o Presidente, os ministros ou os comandos da polícia e das Forças Armadas na actual onda de violência. Mas sublinhou que o Governo tem de manter total controlo sobre todas as suas forças de segurança e que estas devem defender as vidas e os bens da população.

Tal atitude está de acordo com a ideia geral existente no país de que o Governo não controla por completo a polícia e as Forças Armadas, havendo decerto elementos dessas instituições que poderão dar uma ajuda para que a violência prevaleça, à revelia da vontade de Frederik de Klerk e dos seus ministros.

Ao reagir ao relatório da Comissão Goldstone, o Comissário da Polícia, general Johan Van Der Merwe, disse que já tomou medidas para limitar a possibilidade de alguns guardas participarem em "actos ilegais" — o que é um reconhecimento tácito de que o comportamento da polícia nem sempre tem sido exemplar.

O general mostrou um elevado nível de ingenuidade e uma certa falta de sensibilidade ao dizer que a polícia emprega antigos membros da Koevoet e que esta unidade recebeu "excelente cobertura na imprensa pelos êxitos conseguidos na prevenção de crimes".

Ora, a Koevoet, formada na Namíbia para lutar contra os homens da SWAPO, ficou conhecida pelos métodos cruéis que utilizou para intimidar a população do antigo Sudoeste Africano.

O ANC rejeitou as conclusões da Comissão Goldstone e considerou-as "prematuras", dizendo que a falta de recursos restringe a capacidade para apurar os verdadeiros factos que estão por trás de muitos incidentes de violência.

Entretanto, num documento publicado no jornal "The Sowetan", o diário sul-africano de maior tiragem, o secretário-geral daquele movimento, Cyril Ramaphosa, afirmou que o impasse na Codesa foi precipitado pelo ANC: "Sabemos que o inimigo não iria concordar. Mas queríamos um impasse para mostrar à nossa gente que estamos a lidar com um inimigo que não vai ceder facilmente". E reconheceu que não há alternativa ao restamento da Codesa. ■

Steven King,
em Joanesburgo

África do Sul

PUBLICO
TERÇA-FEIRA, 7 JULHO 1982

De Klerk ilibado

A COMISSÃO independente presidida pelo juiz Richard Goldstone ilibou ontem o Presidente Frederik de Klerk e os seus ministros de qualquer responsabilidade directa na violência que está a enlutar a África do Sul.

Ao mesmo tempo, a polícia anunciou que pelo menos 29 pessoas foram mortas durante o último fim-de-semana, numa altura em que é profunda a desconfiança entre os dirigentes brancos e os negros, num país que tarda em sair das divisões criadas pelo "apartheid".

A polícia disse que homens e mulheres foram abatidos a tiro, esfaqueados e queimados até à morte em incidentes verificados na zona de Joanesburgo e na província do Natal.

O ANC, considerado representativo de pelo menos metade da sociedade sul-africana, acusa o Governo de cumplicidade nas mortes de milhares de pessoas. Mas o juiz Goldstone, num relatório de dez páginas, veio agora dizer não lhe terem sido apresentadas pro-

vas de qualquer cumplicidade do Presidente, dos ministros ou dos principais comandantes policiais e militares na actual vaga de violência.

No entender da comissão de inquérito criada pelo Acordo Nacional de Paz, de Setembro do ano passado, as acusações feitas àquelas entidades são "injustas e perigosas", servindo apenas para exacerbar a violência e frustrar as tentativas de se lhe pôr termo.

O relatório acrescenta, porém, que se continua a investigar o possível envolvimento de polícias e militares de mais baixa patente, à revelia do topo da hierarquia; e que, com a anuência do ministro da Justiça, Kobié Coetsee, se decidiu criar, a partir de 4 de Agosto, um grupo que estude em profundidade a chacina de Boipatong.

Não houve reacção imediata do ANC, que o mês passado cortou o diálogo com as autoridades, considerando-as responsáveis por aquele e outros incidentes. ■

África do Sul vence Camarões

PUBLICO
9 JULHO 1982

A SELECÇÃO nacional de futebol da África do Sul venceu, na terça-feira, os Camarões por uma bola a zero. O jogo disputou-se na cidade sul-africana de Durban e foi entusiasticamente festejado por toda a imprensa daquele país, já que se tratou do primeiro jogo internacional disputado pela selecção sul-africana nos últimos 28 anos, devido ao isolamento motivado pela política de segregação racial do Governo de Pretória. ■

Râguebi internacional confirmado na África do Sul

PUBLICO
10 JULHO 1982

OS TORNEIOS que a Austrália e a Nova Zelândia vão efectuar em Agosto na África do Sul estão confirmados, segundo declarou ontem Ebrahim Patel, presidente da Federação de Râguebi sul-africana, após três horas de discussão com o Congresso Nacional Africano. Patel aceitou a exigência do ANC, o qual pretende que cada atleta sul-africano que participe em competições internacionais possa usar uma braçadeira com a frase "paz e democracia". No entanto, e o princípio consagra isso, a decisão de competir com a braçadeira depende de cada jogador. Aquele movimento obteve também a garantia de que nos campos em que se vão disputar os jogos será feito um minuto de silêncio pelas vítimas do massacre de Boipatong. ■

Acusações suspendem transição

A AFRICA do Sul aguarda o resultado do braço-de-ferro entre o Governo e o ANC, que se acusam mutuamente numa tentativa de conseguir apoio moral para as suas posições quanto à polémica sobre a onda de violência e a suspensão das negociações.

Nos últimos dez dias, as trocas de cartas, exigências e insultos entre a Administração De Klerk e o movimento de Mandela têm deixado muitas dúvidas quanto a um possível compromisso. O Governo, que se suspeita agir segundo informações de agentes infiltrados no ANC, parece confiar em que a divisão dentro desta organização a levará a cedências ou conflitos internos. Mas o ANC, aparentemente convencido de que não pode ceder sem perder o apoio das suas bases, enveredou pelo caminho da confrontação, convocando manifestações que culminarão com uma greve geral no próximo mês.

Esta semana, continuou-se a assistir a discussões aceras quanto à origem da violência nas cidades negras, que leva-

ram à suspensão das conversações sobre a Constituição na sequência do massacre de Boipatong. O Governo recebeu um apoio inesperado quanto à sua alegada inocência nos conflitos raciais, quando um conceituado juiz que obteria a comissão de inquérito aos acontecimentos anunciou que não fora encontrada qualquer prova implicando o Presidente De Klerk, elementos do seu Gabinete ou oficiais superiores das forças de segurança.

Ao mesmo tempo, o juiz Goldstone acusou as autoridades de não terem cumprido as suas recomendações quanto à forma de evitar a violência. Salientou, entre outras coisas, o facto da polícia não ter suspenso homens que o juiz descobriu estarem envolvidos numa conspiração para matar um líder regional do ANC. O juiz acusou ainda o Governo de não ter introduzido medidas de segurança nas hospedarias existentes nas cidades negras, que se sabe serem epicentros de violência.

Entré os negros, o pior ini-

ciado do ANC acabou por apoiar o Partido da Liberdade Inkatha do chefe Buthelezi, surgiu com novas afirmações denunciando o envolvimento do ANC nos conflitos. O Inkatha acusou o ANC de ter criado tribunais irregulares nas «Mbidlans» de Natal que condenaram à morte 12 líderes do Inkatha.

Esta organização, predominantemente sulu, também denunciou as instruções que terão sido dadas pelo ANC às suas bases, nas cidades da província de Natal, para que informassem à sua ala militar, a «Umkhonto we Sizwe» (Lança da Nação), sempre que fossem avistados os «condenados», de forma a permitir a execução das sentenças de morte.

O ANC, por seu lado, exerceu pressões sobre diversos países africanos para levarem o Conselho de Segurança da ONU a considerar a possibilidade de envio de uma força de manutenção da paz para a África do Sul. Houve indicações de Pretória — que no passado se opôs totalmente a qualquer «interferência» estrangeira, ale-

gando que isso limitaria a sua soberania — de que o Governo estaria disposto a considerar uma tal iniciativa.

Ao mesmo tempo, o ANC cobriu-se de ridículo pelas novas condições que exigiu para aceitar a readmissão da África do Sul no mundo do desporto: que os atletas sul-africanos usassem braguesas amarelas e o seu empenho na paz e democracia, e ainda que os turistas de visita à África do Sul se deslocassem em peregrinação a Boipatong como manifestação de tristeza pelo massacre.

Os principais homens de negócios sul-africanos têm

mantido conversações com o ANC, tentando persuadir os seus dirigentes dos perigos que corre a economia nacional se a actual crise política se mantiver. As decisões de cotação do rand e as quebras registadas pelos diversos indicadores económicos denotam uma crise de confiança e o colapso do investimento estrangeiro.

Em paralelo com estas acaloradas discussões, os comentadores políticos procuram as razões que terão levado o Governo a exigir do ANC a aceitação de um direito de veto sobre alterações constitucionais à minoria branca (20 a 25%).

Uma exigência que deu origem a um impasse nas negociações. Resta saber se o veto — que contradiz o empenhamento do Governo num regime de maioria — foi levantado de boa fé ou se apenas se destinava a criar um impasse nas conversações constitucionais, que se estenderia por vários anos ou mesmo décadas, de forma a manter o «statu quo». A recusa dos negociadores governamentais em aceitar um qualquer mecanismo que leve à saída do impasse torna a segunda hipótese mais credível neste momento.

David Beresford em Joanesburgo

África do Sul

“Welcome Cyrus Vance”

11 JULHO 1992

PRETÓRIA tenciona receber amistosamente o enviado especial da ONU, Cyrus Vance, desde que a sua deslocação à África do Sul tenha o cunho de uma “missão de boa-vontade”, anunciou ontem o vice-ministro de Desenvolvimento Constitucional a uma semana do Conselho de Segurança debater o problema da violência no país.

Tertius Dolbert garantiu que o seu Governo “não se opõe” ao envolvimento da comunidade internacional no problema sul-africano (de que a visita do embaixador do secretário-geral Butros Butros-Ghali é sinal) embora não veja necessidade de uma “mediação” externa.

Reunidos em consultas para escutar o relatório oral de Butros-Ghali sobre a situação na África do Sul, sobre a qual o secretário-geral da ONU está determinado em fazer qualquer coisa, os membros do Conselho de Segurança decidiram realizar uma reunião formal na próxima semana, porventura no dia 15, com a presença de vários ministros das Negociações Estrangeiras dos países membros

da OUA, disse o chefe da missão gaulesa na ONU, Jean-Bernard Merimée.

O carácter da missão de antigo secretário de Estado americano não foi ainda anunciado, “para não extremar as posições de uns e de outros”, sabendo-se apenas que a missão de Vance, qualificada até agora de “bons officios”, começará nos próximos dias. Concluída, o emissário pessoal de Butros-Ghali apresentará então o seu relatório ao secretário-geral, a tempo do mesmo ser discutido no Conselho.

O ministro sul-africano do Desenvolvimento Constitucional criticou, por outro lado, o Congresso Nacional Africano (ANC) afirmando que este movimento abandonou as negociações por exigir que uma maioria simples se pronuncie sobre o futuro do país, quando o Governo entende, pelo contrário, que essa maioria deverá atender e procurar compromissos em que existam diferenças de posição com quaisquer “minorias substanciais”, princípio que o ANC ignora.

A decisão do ANC em retirar-se das negociações no âmbito da Conferência para uma África do Sul Democrática ocorreu na sequência do massacre de Boipatong, subúrbio negro próximo de Joanesburgo, que causou, em 17 de Junho, 43 mortos.

11 JULHO 1992

OITO NEGROS MORTOS NA ÁFRICA DO SUL. — Oito negros, entre os quais dois polícias, morreram este fim-de-semana, em vários incidentes em “ghettos” na África do Sul. Os polícias foram apedregados até à morte e duas outras pessoas foram queimadas vivas com pneus incendiados à volta do pescoço.